

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

Quando o marido perde o emprego, sua esposa entra no mercado de trabalho? Uma análise do efeito trabalhador adicional no Brasil

Leonardo Kaufman Gorodovits

Matrícula: 1010690

Orientador: Gustavo Maurício Gonzaga
Coordenador de Monografia: Marcio Garcia

Junho de 2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

Quando o marido perde o emprego, sua esposa entra no mercado de trabalho? Uma análise do efeito trabalhador adicional no Brasil

Leonardo Kaufman Gorodovits

Matrícula: 1010690

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realiza-lo a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”

Orientador: Gustavo Maurício Gonzaga
Coordenador de Monografia: Marcio Garcia

Junho de 2015

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Agradeço ao meu orientador, Gustavo Gonzaga, pela dedicação e paciência demonstrada ao longo desse último ano e em toda a minha trajetória na faculdade. Este agradecimento também é destinado a todos os professores do Departamento de Economia com quem aprendi imensamente.

Agradeço aos meus amigos, economistas ou não, que fazem a vida valer a pena. Com certeza, de nada adiantaria me formar se não tivesse vocês junto comigo.

Agradeço aos meus pais, que me criaram para que eu sozinho pudesse sempre fazer as melhores escolhas. Mérito nosso que essa educação deu certo. Obrigado pelo amor e apoio incondicional e por me inspirarem tanto, todo dia. Amo vocês profundamente.

Agradeço ao meu irmão, por sempre me ouvir, especialmente ao decidir estudar as Ciências Econômicas. É bom que mais alguém saiba que esse é o melhor caminho para mudarmos o mundo. Quero para você todo o sucesso possível.

Agradeço aos meus quatro avós e a toda a minha família, pois sei que inteligência e perseverança são uma construção contínua. A influência de vocês está em cada passo que eu dou, e se hoje me formo feliz é também porque vocês me acompanharam de perto em todo esse processo.

Por fim, agradeço à PUC-Rio, o melhor lugar que poderia ter escolhido para passar os anos de faculdade. A PUC é onde o ambiente de excelência acadêmica na área do estudo das Ciências Econômicas encontra a atmosfera ideal para o intercâmbio com outras disciplinas, troca esta que engrandece a mente tanto quanto o estudo.

Dedico esta monografia à minha querida avó Menúcia Zagarodny Kaufman que, mesmo não estando mais entre nós, é uma presença imprescindível e um amor constante na minha vida, e que com certeza estaria muito orgulhosa em ver mais um neto se formar.

Sumário

1) Introdução

1.1) Definição de taxa de participação e de seus principais determinantes

1.2) Uma breve contextualização do cenário atual da taxa de participação

2) Revisão Bibliográfica

3) Evolução da Taxa de Participação no Mercado de Trabalho do Brasil

4) Objetivos e Metodologia

5) Dados

6) Análise Descritiva

7) Resultados

7.1) Resultados para a amostra total

7.2) Resultados divididos por renda

8) Conclusão

9) Referências Bibliográficas

10) Apêndices

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Taxa de Participação e Desemprego da amostra, por grupo de tratamento e grupo de controle

Tabela 2.1 – Taxa de Participação da amostra, por grupo de tratamento e grupo de controle por seis anos com melhor e pior desempenho econômico

Tabela 2.2 – Taxa de Participação da amostra, por grupo de tratamento e grupo de controle por três anos com melhor e pior desempenho econômico

Tabela 3 – Taxa de Participação da amostra, por Alfabetização do Marido

Tabela 4 – Taxa de Participação da amostra, por alfabetização

Tabela 5 – Taxa de Participação da amostra, por contribuição do marido para a previdência

Tabela 6 – Taxa de Participação da amostra, por faixa de remuneração

Tabela 7.1 – Regressões 1, 2, 3 e 4

Tabela 7.2 – Regressão 4b

Tabela 8 – Regressões 5, 6, 7 e 8

Tabela 9 – Regressões 9, 10, 11 e 12

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Taxa de Desemprego dos Estados Unidos

Gráfico 2 – Taxa de Desemprego do Japão

Gráfico 3 – Taxa de Participação da Força de Trabalho dos Estados Unidos

Gráfico 4 – Taxa de Participação da Força de Trabalho do Japão

Gráfico 5 – Taxa de Desemprego do Brasil

Gráfico 6 – Taxa de Participação da Força de Trabalho do Brasil

Gráfico 7 – População Ocupada do Brasil

Gráfico 8 – População em Idade Ativa do Brasil

1. INTRODUÇÃO

1.1. Definição de taxa de participação e de seus principais determinantes

A taxa de participação da força de trabalho é um conceito utilizado para estabelecer a razão entre população economicamente ativa (PEA) e população em idade ativa (PIA), indicadores descritos detalhadamente abaixo. Esse dado é uma maneira de quantificar qual a proporção da população que está trabalhando ou deseja trabalhar em determinado momento. Uma parte considerável da população não possui emprego, e não espera ou deseja possui-lo, e é importante entendermos a razão por trás das variações no tamanho dessa parcela que não produz ativamente.

A idade a partir da qual o indivíduo é contabilizado na População em Idade Ativa varia de país para país, mas a inclusão normalmente começa quando o cidadão possui entre 10 e 15 anos, e segue até a chegada aos 64 anos. Segundo o IBGE, a PIA representa toda a população brasileira maior de 10 anos, por estar relacionada com o potencial de trabalho, e não com o trabalho realmente produzido.

Já a população economicamente ativa aponta o número de pessoas acima de determinada idade que está empregada ou procurando emprego. A idade a partir da qual o indivíduo é incluído no indicador, bem como a definição de “à procura por emprego” e “empregado”, mais uma vez depende da metodologia de cada nação. No caso do Brasil, o indicador se refere somente à população com 10 anos ou mais. Para a Pesquisa Mensal do Emprego, a principal fonte de dados utilizada nesta monografia, o IBGE classifica as pessoas pesquisadas como ocupadas, desocupadas ou não economicamente ativas.

A categoria dos ocupados se refere aos indivíduos que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração (como, por exemplo, ajudando no negócio da família), durante pelo menos uma hora na semana anterior à pesquisa (também chamada de semana de referência). A parcela da população que estava temporariamente afastada nesse período, como de férias ou em licença maternidade, também entra no grupo.

Com relação à desocupação, são consideradas nessa situação as pessoas que não possuíam trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir

um trabalho naquela semana, e que agiram ativamente para encontrar emprego nos trinta dias que antecederam a pesquisa. Somente é considerado pelo IBGE como buscando trabalho aquele que, no mês anterior à pesquisa, tomou alguma providência efetiva para consegui-lo, seja contato com empregadores, prestação ou inscrição em concurso, consulta a agências de emprego ou sindicato, resposta a anúncio de trabalho, solicitação de emprego a indivíduos conhecidos ou por meio de anúncio, ou medida para iniciar negócio.

Por fim, os membros do grupo não economicamente ativo são aqueles que não se incluem em nenhuma das outras duas categorias. Eles podem estar aposentados, estar estudando, estar dedicados em tempo integral à família, entre outros.

1.2. Uma breve contextualização do cenário atual da taxa de participação

Logo após a crise econômica mundial de 2008, o desemprego em praticamente todos os países desenvolvidos cresceu acentuadamente. Nos Estados Unidos, por exemplo, no período entre maio de 2007 e novembro de 2009, o desemprego passou de 4,43%¹ para 9,89% (Gráfico 1). Já no Japão, aproximadamente naquele intervalo de tempo, o indicador subiu de 3,60% para 5,5% (Gráfico 2), o recorde histórico japonês. A taxa de participação de ambos os países sofreu deterioração similar. No primeiro caso, o indicador saiu de 66% para 64,5% (Gráfico 3), e no segundo caso, de 61,2% para 59,5% (Gráfico 4), nos mesmos dois anos e meio.

Atualmente, o mercado de trabalho de ambos os países se recupera, com taxa de desemprego americana em 5,5% e taxa de desemprego japonesa em 3,6%, em fevereiro de 2015. No entanto, a taxa de participação continua sua trajetória de queda tanto nos dois países citados acima (atingindo 62,8% para os Estados Unidos e 59,0% para o Japão em fevereiro de 2015), como em nações onde não houve aumento do desemprego até recentemente, como o Brasil. Um working paper recente do Fundo Monetário Internacional (Balakrishnan et al., 2015) atribui somente de 25% a 33% do declínio na taxa de participação americana entre 2007 e 2013 a fatores cíclicos. Isto é, apenas a

¹ Todos os dados contidos nesta introdução estão dessazonalizados e foram extraídos do terminal da Bloomberg, exceto quando outra fonte estiver citada.

minoria dos trabalhadores fora da força de trabalho tende a voltar para o mercado nos próximos anos. Segundo o artigo, o restante do fenômeno é causado pela demografia, com o envelhecimento da população, e a entrada crescente dos jovens na universidade.

A queda na proporção da população economicamente ativa, majoritariamente considerada negativa, está espalhada por toda a economia mundial. Uma das poucas exceções no mundo desenvolvido é o Reino Unido, onde a taxa de participação sobe desde meados da década passada, para atingir neste ano o nível mais alto desde 1990.

Ainda que o desemprego brasileiro tenha caído enormemente nos últimos 12 anos, saindo do patamar de 13,3% em outubro de 2003 para 5,3% em janeiro de 2015 (Gráfico 5) na medição da Pesquisa Mensal do Emprego, a taxa de participação preocupantemente sofreu quedas consideráveis nos últimos anos. Depois de girar em torno de 57% durante o período entre abril de 2003 e agosto de 2013, atingindo o seu auge de 57,8% em novembro de 2012, o indicador decresce praticamente de maneira contínua desde o mês de janeiro de 2013 (Gráfico 6).

Em janeiro de 2015, a taxa de participação do mercado de trabalho brasileiro estava em 55,8%, nível mais baixo desde dezembro de 2002. A população ocupada também parou de crescer, após forte expansão em toda a década de 2000 (Gráfico 7), embora a população em idade ativa venha aumentando continuamente (Gráfico 8). Atualmente, segundo dados de janeiro de 2015, há 23,08 milhões de pessoas em ocupação no país, mesmo número de maio de 2012 (Pesquisa Mensal do Emprego, Outubro 2014). É essencial entendermos o porquê de tantos indivíduos abandonarem o mercado de trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os mais diferentes fatores afetam a taxa de participação. Primeiramente, o gênero, para a grande maioria dos países, exerce influência considerável sobre o indicador. Historicamente, a taxa de participação é maior para os homens do que para as mulheres, ainda que estas estejam entrando no mercado de trabalho cada vez mais, principalmente desde a década de 1950 (Michael, 1980). Essa divisão por gênero se deve a barreiras encontradas até há pouco tempo atrás, e muitas vezes mesmo hoje em dia, pela parcela feminina da população na procura por emprego. Esses obstáculos podem ser externos à família (como, por exemplo, o preconceito de empregadores em contratar mulheres) ou internos à família (como estigma internalizado pelas esposas, dedicação de tempo para cuidar dos filhos ou difícil aceitação pelos maridos do trabalho das esposas). Praticamente todas as variáveis descritas daqui para frente influenciam a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, já que a taxa de participação dos homens permanece relativamente constante ao longo do tempo e entre países, pois é do seu trabalho que normalmente as famílias tiram o seu sustento permanente.

A religiosidade (Kus, 2011) e a escolaridade (Psacharopoulos e Tzanatoos, 1989) também influenciam a entrada no mercado de trabalho. O primeiro autor mostra que religiões podem afetar a taxa de participação feminina, tanto positiva quanto negativamente, ainda que esse impacto esteja, como um todo, diminuindo nas décadas recentes. Já no segundo artigo, Tzanatoos e Psacharopoulos encontram que mais anos de estudo levam mulheres a participarem mais do mercado de trabalho por diversos motivos, dentre os quais buscar compensação financeira pelo tempo dedicado à escola, e ter taxa de fertilidade menor (devido ao acesso/conhecimento de métodos anticoncepcionais), o que as deixa com mais tempo para se dedicar ao emprego.

Ademais, choques externos podem provocar alterações na taxa de participação, dado certa escolaridade, religião ou gênero. Por exemplo, vejamos o caso em que o governo opta por estimular a educação do ensino médio ou do ensino superior, oferecendo bolsas para os alunos que frequentarem instituições de ensino. Em uma situação como essa, mais jovens decidem se dedicar aos estudos ao invés de ingressar precocemente no mercado de trabalho, e a taxa de participação no mercado de trabalho cai.

Por sua vez, recessões, de modo geral, causam os dois efeitos mais estudados na taxa de participação. São chamados de efeito desalento (Long, 1953) e efeito trabalhador adicional (Lundberg, 1985). Cada um deles atua de forma oposta ao outro sobre o engajamento da população no mercado de trabalho.

Por um lado, potenciais trabalhadores desistem de procurar emprego em períodos de depressão econômica, dado que não creem que a possibilidade de contratação seja alta o suficiente para compensar os custos associados à busca. É o efeito desalento, um fator que diminui a taxa de participação quando a economia desacelera. Também pode ser decorrente da expectativa de obter um salário baixo, pelo qual não valha a pena entrar para população economicamente ativa, mesmo que o indivíduo consiga se empregar. Estudo realizado no Reino Unido mostra que homens cuja idade se encontra nos extremos da força de trabalho (tanto os mais jovens quanto os mais idosos) tendem a se mostrar mais desalentados durante recessões (Benito e Bunn, 2011). Já Benati (2001) registra que, nos Estados Unidos, a razão entre a população economicamente inativa e a população em idade ativa aumenta quando a economia desacelera, e diminui quando a economia se aquece, o que apoia o argumento do efeito desalento.

Por outro lado, com a diminuição da renda real, ou com a perda do emprego de um membro da família, situações mais comuns em época de desaquecimento econômico, componentes da família que antes não pertenciam à população economicamente ativa podem passar a buscar emprego a fim de manter o nível de consumo da residência no mesmo patamar. Isso significa aumento na taxa de participação quando a economia entra em crise. Esse efeito é denominado trabalhador adicional (Lundberg, 1985), e se encontra principalmente na entrada de mulheres casadas e jovens no mercado de trabalho.

Ademais, em estudo realizado na Espanha em Addabbo, Rodriguez-Modroño e Galvez-Muños (2013), constatamos que o efeito trabalhador adicional se enfraquece quando a mulher possui filhos, principalmente se ela é jovem. Já em uma análise do mercado de trabalho turco em artigo de Ayhan (2015), deduz-se, ao comparar os diversos setores, extremamente segmentados por gênero no país, que a crise de 2008 gerou aumento do efeito trabalhador adicional em relação aos anos anteriores, mas por um curto espaço de tempo. Porém, nem todos os países apresentam o efeito em grande escala, como mostra Pietro-Rodriguez e Rodriguez-Gutierrez (2003), ao apontar que

outros fatores influenciam mais a decisão da mulher de entrar no mercado do que a perda ou manutenção do emprego do marido na maioria da sua amostra de nações europeias.

Ambos os efeitos são aplicações da teoria de oferta e demanda no mercado de trabalho. As decisões de um casal sobre se os dois trabalharão, e sobre qual dos dois trabalhará, se baseiam na maximização da utilidade proporcionada pela renda do trabalho, tempo dedicado aos afazeres domésticos e lazer. A mulher casada decide participar da força de trabalho se o salário oferecido a ela no mercado está acima do seu salário de reserva. Quando opta por não ter ou não procurar um emprego, ela acredita que o tempo que perderia em lazer e trabalho doméstico não compensa o ganho na renda. Uma vez que, para a família, o que importa é a renda conjunta do marido e da esposa, a mulher aceita trabalhar por uma remuneração menor quando o homem se torna desempregado. Ou seja, o seu salário de reserva cai.

3. Evolução da taxa de participação do mercado de trabalho do Brasil

No caso do Brasil, usando como base a Pesquisa Mensal do Emprego, Fernandes e Felício (2005) mostram a presença do efeito trabalhador adicional no mercado de trabalho nacional. Isto é, a probabilidade de uma mulher procurar emprego ou trabalhar aumenta de modo significativo quando o seu marido se torna desempregado. Teoricamente, alterações temporárias no salário total do casal não deveriam causar o efeito trabalhador adicional, uma vez que normalmente considera-se a renda permanente para decisões de entrada no mercado de trabalho. Dessa forma, somente mudanças definitivas, como a invalidez por acidentes, por exemplo, influenciariam esse tipo de decisão na família. Porém, os autores apontam que, para domicílios com restrição de crédito, como comumente acontece em países menos desenvolvidos, o efeito trabalhador adicional pode ser considerável.

Além de estudarem o efeito trabalhador adicional, Gonzaga e Reis (2011) também testam o efeito desalento sobre a taxa de participação. O efeito desalento é obtido pela diferença entre o logaritmo do rendimento médio do trabalho no período da observação e o logaritmo do rendimento médio do trabalho em todos os períodos. Como resultado, encontram que os efeitos trabalhador adicional e desalento estão bastante presentes no caso brasileiro.

Ainda, Oliveira, Rios-Neto e Oliveira (2014) realizam estudo no Brasil acerca do efeito trabalhador adicional para os filhos de pais que perderam o emprego. Conclui-se, neste caso, que há causalidade levemente maior quando é o chefe de família do sexo masculino que se torna desempregado do que quando o responsável pelo sustento do domicílio é do sexo feminino. No entanto, a análise não incluiu o efeito trabalhador adicional decorrente da queda real, mesmo em situações onde o chefe de família permanece empregado.

Sedlacek e Santos (1991), em seu estudo das regiões metropolitanas recifense, carioca e paulista realizado ao longo dos anos 80, descobriram um comportamento inverso entre a renda do chefe de família e a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho. Porém, como na análise semelhante realizada por Schmitt e Ribeiro (2004) em Porto Alegre, e ao contrário das análises citadas nos dois parágrafos acima, os dados utilizados são *cross-section*, extraídos da PNAD, que não acompanham

de maneira consistente as oscilações nos salários dos esposos, ou o seu movimento do mercado de trabalho para o desemprego.

4. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Esta monografia se dedica a explorar os motivos que levaram ao recuo da taxa de participação no Brasil depois de duradoura estabilidade. A análise procurará mostrar se o efeito desalento, diante da desaceleração do crescimento econômico no Brasil, influenciou a mudança na razão PEA/PIA, e em que magnitude esse fenômeno ocorreu. Ademais, o estudo buscará entender se o efeito trabalhador adicional, cujas implicações para o mercado de trabalho brasileiro foram demonstradas por Gonzaga & Reis (2011), teve sua influência reduzida recentemente. Dado que ambos os fatores devem conviver na economia brasileira, é importante mensurar o quanto cada um deles afeta o mercado de trabalho nacional.

Utilizarei, para as regressões, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 2002 a 2014. Essa pesquisa é realizada todo mês desde 1980 e, hoje em dia, em seis regiões metropolitanas do Brasil, mas com nova metodologia a partir de março de 2002 (por isso é nesse ano o começo da base de dados utilizada). O questionário é feito por domicílio, com o intuito de permitir avaliar as flutuações e as tendências do mercado de trabalho urbano. As perguntas também envolvem características socioeconômicas, como sexo, data de nascimento e etnia, e características de educação como alfabetização e anos de estudo.

Segundo o IBGE, a cada mês cerca de 110.000 pessoas são entrevistadas em aproximadamente 40.000 domicílios. Atualmente, a PME abrange as zonas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte. É importante ressaltar que, mesmo que outras pesquisas incluam uma região maior, a PME ainda é relevante por possuir um período de tempo mais prolongado para comparação e por ocorrer mensalmente.

O grande diferencial desse questionário com relação a outros feitos no Brasil é que há acompanhamento dos domicílios ao longo do tempo. Cada âmbito familiar é entrevistado durante quatro meses consecutivos, permanece fora da pesquisa durante os quatro meses seguintes, para então voltar à pesquisa por mais quatro meses. Assim, é possível a comparação entre a taxa de participação de mulheres cujos maridos ficaram desempregados após o primeiro mês da pesquisa (ou seja, nos meses 2, 3 e 4), e a taxa de participação de mulheres cujos maridos continuaram empregados durante o período pesquisado.

Como os microdados da PME permitem acompanhar as informações longitudinais ao longo dos meses da pesquisa, é possível seguir cada um dos domicílios e dos indivíduos que os habitam (ainda que com alguns atritos) durante um período satisfatório de tempo. Para tal, será construído um painel, baseado no método de Ribas & Soares (2008), uma vez que essa é a maneira para poder acompanhar um indivíduo em todos os meses nos quais foi entrevistado.

Como dito acima, a PME emprega um sistema de rotação, no qual há entrevistas para um mesmo domicílio oito vezes em um espaço de tempo de dezesseis meses. Precisa-se ter conhecimento sobre a mesma residência a fim de elaborar o painel e chega-se a esse objetivo por meio da utilização de diversas variáveis específicas de cada domicílio e, dentro de cada domicílio, informações específicas de cada membro da residência. O programa econométrico Stata será usado para rodar os dados, com a identificação de cada indivíduo gerada por meio do software Datazoom, desenvolvido no departamento de economia da PUC-Rio.

5. DADOS

Em um primeiro momento, partindo da amostra como um todo, selecionei somente os chefes de família homens e os cônjuges do sexo feminino. Inicialmente, as Pesquisas Mensais do Emprego de 2002 a 2014 possuíam 15 milhões de observações. Então, filtrei apenas as observações (para todos os meses) dos homens que, no primeiro mês em que foram entrevistados, estavam empregados, e das mulheres que, no primeiro mês em que foram entrevistadas, estavam fora da população economicamente ativa. Nessa sub-amostra, havia 3,4 milhões de observações. Então, eliminei da amostra os indivíduos que constavam como questionados apenas uma única vez, uma vez que esta monografia se dedica a acompanhar os entrevistados por, pelo menos, dois meses; e eliminei também aqueles que possuíam idade superior a 60 anos ou inferior a 25 anos, para incluir no estudo somente a parcela mais ativa no mercado de trabalho. Cheguei finalmente à amostra final de 565.329 indivíduos.

Em um segundo momento, observando cada domicílio, criei uma variável para separar os homens que, no segundo, terceiro ou quarto mês de entrevista, responderam que estavam desempregados ou na população economicamente inativa. Posteriormente, estendi esta característica dos maridos para as suas esposas, e restringi a amostra às mulheres. Também caracterizei as mulheres cujos cônjuges eram alfabetizados, possuíam carteira assinada no trabalho, e/ou contribuíam para a previdência.

No caso dos indivíduos do sexo feminino cujos cônjuges saíram do seu trabalho, criei uma variável para verificar se o cônjuge era empregado ou dono de negócio. Além disso, associei a cada esposa a última remuneração recebida por ele. Agora, o banco de dados possui somente a amostra que será efetivamente analisada.

Por fim, gerei uma variável que dividia as mulheres em dois grupos. No primeiro, daqui para frente denominado grupo de tratamento, se encontram as esposas cujos maridos perderam o emprego nos meses subsequentes à primeira entrevista. No segundo grupo, o de controle, estavam as esposas cujos maridos permaneceram empregados nos meses subsequentes à primeira entrevista. Nesse arquivo de dados, estão as observações analisadas na regressão.

Vale lembrar que as observações são classificadas em pertencentes ao grupo de tratamento ou ao grupo de controle de acordo com a sua situação em cada mês. Dessa

forma, pode-se classificar uma mesma mulher no grupo de tratamento no mês 2 e no grupo de controle no mês 3, por exemplo. A situação de cada esposa em determinado mês independe da sua situação nos outros meses. Para que, na regressão, seja encontrado o efeito real da presença da mulher no grupo de tratamento sobre a probabilidade desta trabalhar, é necessário que estejam no grupo de tratamento somente as esposas cujos maridos se encontrem desempregados no mês da observação. Se o chefe de família mudar de status entre os meses 2 e 3 de desempregado para empregado, por exemplo, a regressão se mostrará mais de acordo com a realidade se a sua mulher também mudar do grupo de tratamento para o grupo de controle.

6. Análise Descritiva

A tabela 1 mostra, anualmente, a diferença na situação com relação ao mercado de trabalho das mulheres no grupo de tratamento e no grupo de controle. Percebe-se que, em todos os anos, o grupo de tratamento apresenta taxa de participação maior do que o grupo de controle, como deve-se esperar. Na média ponderada pelo número de indivíduos observados em cada ano, o primeiro grupo possui 15,40% de participação no mercado de trabalho, 4,37 pontos percentuais acima do segundo grupo, que possui 11,04% de participação. Esse resultado aponta para efeito trabalhador adicional existente, já que mais mulheres cujos maridos perderam o emprego decidiram procurar trabalho, em comparação com as mulheres cujos maridos mantiveram-se empregados.

O ano com maior taxa de participação do grupo de tratamento é 2003, no qual o índice é de 18,54%, enquanto o ano com menor taxa de participação é 2002, que mostra participação de 10,83%. O ano que apresenta a menor diferença entre os grupos de controle e de tratamento é 2012, de apenas 2,64 pontos percentuais. Já a maior diferença entre a participação dos dois grupos é em 2007, com 7,10 pontos percentuais. A presença das esposas no mercado de trabalho se mostra mais constante ao longo dos anos no grupo de controle, que possui desvio padrão de 1,39 ponto percentual, ao passo que o grupo de tratamento possui desvio padrão de 1,91 ponto percentual.

O desemprego varia bastante de ano para ano, entre os grupos de controle e tratamento. Com exceção de 2009 e 2014 (coincidentemente ou não, os anos com pior desempenho econômico), o desemprego se mostrou maior no grupo de controle do que no grupo de tratamento. A maior diferença entre as duas amostras é em 2007, de 23,84 pontos percentuais. Uma possível explicação é a seletividade da procura por trabalho das mulheres cujos maridos ainda estão empregados, que não precisam aceitar um emprego caso não considerem sua remuneração boa o suficiente. Já para as esposas do grupo de tratamento, é maior a tendência em aceitar trabalhos mesmo sem uma remuneração considerada satisfatória, e talvez por isso elas fiquem menos desempregadas.

Tabela 1 - Taxa de Participação e Desemprego, por grupo de tratamento e grupo de controle

Ano	Grupo de Tratamento		Grupo de Controle		Diferença Participação
	Participação	Desemprego	Participação	Desemprego	
2002	12,80%	34,76%	9,77%	37,81%	3,03%
2003	18,54%	36,65%	13,14%	37,19%	5,40%
2004	16,14%	34,80%	12,56%	35,89%	3,58%
2005	13,90%	27,72%	10,61%	33,33%	3,29%
2006	17,60%	27,33%	11,14%	31,26%	6,46%
2007	14,57%	23,42%	7,46%	47,26%	7,10%
2008	16,56%	22,12%	11,47%	27,77%	5,09%
2009	15,03%	31,75%	11,03%	31,15%	4,01%
2010	17,49%	20,56%	10,73%	26,90%	6,76%
2011	15,38%	20,35%	10,49%	24,42%	4,89%
2012	13,13%	17,10%	10,50%	22,87%	2,64%
2013	14,04%	19,46%	9,69%	22,35%	4,35%
2014	12,88%	22,74%	9,94%	21,37%	2,93%
Média:	15,24%	26,06%	10,66%	30,74%	4,58%
Média Ponderada:	15,40%	27,12%	11,04%	30,53%	4,37%

Na tabela 2.1 abaixo, está exposto o comportamento médio do grupo de tratamento e do grupo de controle nos 6 anos com maior crescimento do PIB, e nos 6 anos com menor crescimento do PIB. Como esperávamos, a diferença entre os dois grupos (isto é, o efeito trabalhador adicional) se apresenta em magnitude maior nos anos com desempenho econômico maior. O efeito trabalhador adicional é 1,66 ponto percentual maior nos 6 anos de melhor desempenho econômico do que nos 6 anos de pior desempenho econômico. Uma possível explicação é o efeito desalento, ou seja, menos esposas procuram trabalho quando seus maridos perdem o emprego nos períodos em que a economia está fraca, uma vez que acreditam ter menos chance de se empregarem, ou creem que seu salário não será satisfatório. Ademais, nos anos de maior pujança econômica, o custo de oportunidade de não receber um salário tende a aumentar, levando mais mulheres a entrar no mercado de trabalho ao receber o incentivo adicional da perda da renda proveniente do emprego do marido.

Esta explicação é reforçada ao percebermos que, ao colocarmos na análise somente os 3 anos com maior crescimento do PIB, e os 3 anos com menor crescimento do PIB, a diferença entre o efeito trabalhador adicional de cada amostra aumenta. Como vemos na Tabela 2.2, a diferença entre grupo de tratamento e grupo de controle é de 2,62 pontos percentuais, mais significativa do que o observado na Tabela 2.1.

Tabela 2.1

	Participação Grupo de Tratamento	Participação Grupo de Controle	Diferença
6 anos com PIB mais alto	16,04%	10,66%	5,38%
6 anos com PIB mais baixo	14,40%	10,68%	3,72%

Tabela 2.2

	Participação Grupo de Tratamento	Participação Grupo de Controle	Diferença
3 anos com PIB mais alto	16,06%	10,25%	5,81%
3 anos com PIB mais baixo	13,68%	10,49%	3,19%

É interessante destacar diversas características, de indivíduos de ambos os sexos, que influenciam o efeito trabalhador adicional. Por exemplo, na tabela 3 abaixo, percebe-se que a alfabetização dos maridos diminui a diferença entre a participação no mercado de trabalho do grupo de tratamento e a participação no mercado de trabalho do grupo de controle. A proporção dos que entraram no mercado de trabalho no grupo de tratamento é 3,46 pontos percentuais maior do que no grupo de controle quando as esposas possuem maridos alfabetizados. Já para as esposas cujos cônjuges não sabem ler e escrever, a proporção dos que entraram no mercado de trabalho é 4,67 pontos percentuais maior no grupo de tratamento com relação ao grupo de controle. Pode-se inferir que as mulheres de homens analfabetos creem que será mais difícil para o marido reencontrar um emprego após ser demitido, e por isso, entram em escala maior no mercado de trabalho quando o marido se torna desempregado (Cameron, Dowling & Worswick, 2001).

Por sua vez, a situação se inverte ao analisarmos a alfabetização das mulheres. Como descrito na tabela 4, o efeito trabalhador adicional é maior quando as esposas são alfabetizadas. É possível concluir que, por terem menor crença de que serão empregadas, as mulheres analfabetas preferem incorrer menos nos custos de se procurar um trabalho do que as mulheres que sabem ler e escrever. O efeito trabalhador adicional é de 3,70% quando as mulheres são alfabetizadas, mas apenas de 2,21% quando elas não o são.

Tabela 3 - Participação no mercado de trabalho separada por alfabetização dos maridos

Maridos Alfabetizados		
Grupo de Tratamento	Grupo de Controle	Diferença
13,89%	10,43%	3,46%

Maridos Não alfabetizados		
Grupo de Tratamento	Grupo de Controle	Diferença
15,65%	10,98%	4,67%

Tabela 4 - Participação no mercado de trabalho separada por alfabetização da mulher

Mulheres Alfabetizadas		
Grupo de Tratamento	Grupo de Controle	Diferença
14,34%	10,64%	3,70%

Mulheres Não Alfabetizadas		
Grupo de Tratamento	Grupo de Controle	Diferença
7,98%	5,77%	2,21%

Outro exemplo de característica que afeta o efeito trabalhador adicional é se o chefe de família desempregado contribuía para a previdência no seu emprego anterior ou se o chefe de família empregado contribui para a previdência no seu emprego atual. Mais uma vez, a lógica aparece na tabela 5 explicativa abaixo. A diferença de participação no mercado de trabalho entre grupo de tratamento e grupo de controle é maior quando o marido não contribuía para a previdência no emprego, uma vez que uma família na situação de perda de emprego do provedor principal do domicílio necessitaria mais do salário do potencial trabalho da esposa. Isso a levaria a ter maior chance de procurar um emprego ou empregar-se. O efeito trabalhador adicional, nesse caso, é 21% maior quando o marido não contribuía para a previdência no último emprego.

Tabela 5 - Participação no mercado de trabalho separada por contribuintes da previdência

Marido contribuía para a previdência no seu último emprego		
Grupo de Tratamento	Grupo de Controle	Diferença
12,74%	9,84%	2,90%

Marido não contribuía para a previdência no seu último emprego		
Grupo de Tratamento	Grupo de Controle	Diferença
14,67%	11,16%	3,51%

Por fim, o efeito trabalhador adicional também sofre influência, ainda que aparentemente não tão significativa, da remuneração do chefe de família (Tabela 6). Analisaremos esse impacto por meio da diferença entre o efeito trabalhador adicional no grupo das esposas cujos maridos ganham ou ganhavam salário acima da média da amostra, e no grupo das esposas cujos maridos ganham ou ganhavam abaixo da média da amostra.

A princípio, poderíamos supor que haveria relação inversa entre efeito trabalhador adicional e renda domiciliar. Isto é, no grupo com remuneração abaixo da média, a diferença entre a taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres do grupo de tratamento e do grupo de controle seria maior. O principal motivo para isso ocorrer seria a menor probabilidade da família de baixa renda ter poupado o suficiente para que a esposa pudesse se manter economicamente inativa, enquanto o marido se realoca no mercado de trabalho. No entanto, como observado na tabela 6, o efeito trabalhador adicional é em torno de 10% mais acentuado nas mulheres cujos cônjuges recebem ou recebiam salários acima da média.

Uma explicação possível é que o sustento mensal das famílias de baixa renda poderia ser mais facilmente substituído por ajuda governamental sem ligações com a entrada feminina no mercado de trabalho, como seguro desemprego e bolsa-família. Além disso, para as esposas com renda familiar mais alta, o salário do emprego a ser encontrado tende a compensar melhor os custos de procura por emprego em relação às esposas com renda familiar mais baixa.

Tabela 6 - Participação no mercado de trabalho separada por remuneração

Esposas cujos maridos possuem ou possuíam remuneração acima da média		
Grupo de Tratamento	Grupo de Controle	Diferença
12,36%	8,92%	3,44%

Esposas cujos maridos possuem ou possuíam remuneração abaixo da média		
Grupo de Tratamento	Grupo de Controle	Diferença
14,21%	11,04%	3,17%

7. Resultados estatísticos

A regressão estatística, a principal análise deste trabalho, consiste em quantificar o efeito trabalhador adicional, isto é, o aumento da probabilidade de mulheres casadas entrarem no mercado de trabalho nos 3 meses posteriores à perda de emprego de seus maridos, em relação às mulheres cujos cônjuges permaneceram empregados nesses 3 meses. O modelo utilizado é o de probabilidade linear, colocando como variável dependente a variável participação no mercado de trabalho. Como essa variável é binária (somente dois valores são possíveis: um, se a mulher participa do mercado de trabalho, e zero, se ela não participa do mercado de trabalho), a regressão mede o efeito das variáveis independentes sobre a probabilidade da mulher empregar-se ou procurar emprego. Primeiramente, descreverei os resultados para a toda a amostra, para, em seguida, dissertar acerca dos efeitos encontrados para cada uma das faixas de renda dos domicílios.

Controlando para uma série de variáveis independentes, o efeito trabalhador adicional é medido por meio de uma variável dummy que assume valor igual a um se a mulher está no grupo de tratamento (ou seja, se o seu marido está desempregado ou fora da força de trabalho) e valor igual a zero se a mulher está no grupo de controle (se o seu marido está empregado). Além disso, a medição do efeito desalento se dá por meio da diferença entre o logaritmo neperiano da média dos rendimentos em cada mês e o logaritmo neperiano da média dos rendimentos em todos os períodos, separado entre mulheres do grupo de controle e mulheres do grupo de tratamento. Dessa forma, podemos perceber a influência do desempenho econômico em um determinado mês (em comparação com os outros meses da amostra) sobre a probabilidade da esposa entrar para o mercado de trabalho naquele mês. Julgo importante separar o impacto do aquecimento da economia sobre a variável dependente entre membros do grupo de controle e do grupo de tratamento, para verificarmos o quanto esse impacto difere um do outro.

As variáveis de controle incluídas na regressão podem ser divididas entre relacionadas à família (número de filhos com menos de 10 anos), relacionadas ao trabalho do marido (se contribui para a previdência, se possui carteira assinada, se é empregado ou dono de empresa, e qual a remuneração), e relacionadas aos indivíduos,

tanto ao marido quanto à esposa (alfabetização, idade, e anos de estudo). A regressão básica possui a seguinte forma:

$$Z_i = \alpha_0 T_i + \alpha_1 y_i^T + \alpha_2 y_i^C + \alpha_3 X_i + \alpha_4 M_i + \alpha_5 E_i + \alpha_6 P_i + \alpha_7 A_i + \alpha_8 D_i + \alpha_9 F_i + \alpha_{10} \ln(R)_i + \alpha_{11} u_i$$

onde:

Z_i é uma variável dummy igual a 1 se a mulher está empregada ou procurando emprego

T_i é uma variável dummy igual a 1 se a mulher faz parte do grupo de tratamento

y_i^T é a diferença entre o logaritmo do rendimento médio dos empregos no mês da observação e o logaritmo do rendimento médio dos empregos em todos os meses para mulheres do grupo de tratamento

y_i^C é a diferença entre o logaritmo do rendimento médio dos empregos no mês da observação e o logaritmo do rendimento médio dos empregos em todos os anos para mulheres do grupo de controle

X_i é a idade da mulher

M_i é um dummy com valor igual a 1 caso o marido seja alfabetizado

E_i é a quantidade de anos de estudo da mulher

P_i é uma dummy com valor igual a 1 caso o marido contribua ou tenha contribuído para a previdência

A_i é uma dummy com valor igual a 1 caso o marido possua ou tenha possuído carteira assinada

D_i é uma dummy com valor igual a 1 caso o marido seja ou tenha sido empregado

F_i é a quantidade de filhos menores de 10 anos no domicílio

$\ln(R)_i$ é o logaritmo neperiano da remuneração que o marido tem ou tinha

u_i é a representação dos fatores não observáveis que influenciam na participação das esposas no mercado de trabalho

Algumas qualidades não observáveis da mulher ou do chefe de família foram deixadas de fora da regressão pela dificuldade de medição. É possível que elas impactem a decisão de participação no mercado de trabalho da esposa, e por isso tentamos capturar-las pelo termo u_i . No entanto, mesmo com as variáveis de controle contidas na regressão, por estarem sendo consideradas somente cônjuges a princípio inativas com maridos originalmente empregados, a variável do efeito trabalhador adicional pode apresentar correlação com u_i . Homens que se tornaram desempregados podem possuir, em geral, atributos distintos dos que continuaram ocupados. Essas particularidades, por sua vez, podem estar correlacionadas com o tipo da esposa e a sua tendência a estar presente na PEA. Assim, é necessário ser cuidadoso ao assumir os resultados encontrados como impactos causais.

7.1. Resultados para a amostra total

Na tabela 7.1, podemos ver os resultados para a equação básica, utilizando 100% da amostra. Na regressão 1, estima-se os impactos, sobre a probabilidade de entrada no mercado de trabalho das mulheres, somente do efeito trabalhador adicional e do efeito desalento.

O primeiro dado a chamar a atenção é que o efeito desalento (a diferença entre o logaritmo neperiano da média dos rendimentos em cada mês e o logaritmo neperiano da média dos rendimentos em todos os períodos) não é significativo para as esposas do grupo de tratamento. Isto é, as mulheres cujos maridos perderam o emprego nos meses subsequentes ao primeiro mês da pesquisa tendem igualmente a entrar no mercado de trabalho tanto em períodos nos quais a remuneração média é comparativamente mais baixa quanto em períodos nos quais a remuneração média é comparativamente mais alta. Quando tem sua renda diminuída pela perda do emprego do marido, as esposas entram para a PEA ainda que as condições para conseguir um trabalho, e as condições do trabalho que elas conseguirão, estejam piores, procurando manter de toda forma o poder de compra domiciliar.

Por outro lado, encontra-se um efeito desalento forte para as mulheres cujos maridos continuaram empregados em todos os meses analisados. Para cada 1% de aumento na remuneração média, a probabilidade dessas mulheres se empregarem ou procurarem emprego aumenta em 2,12 pontos percentuais. Assim, percebe-se que recessões, ou diminuições na renda de modo geral, implicam em menor probabilidade das mulheres brasileiras entrarem para o mercado de trabalho quando seus maridos estão empregados. Quando não passam pela queda abrupta na renda decorrente da saída do chefe de família do emprego, as esposas mostram maior preferéncia de entrar para o mercado de trabalho em períodos de crescimento econômico. Possíveis explicações para o fenômeno são uma percepção maior, pelas mulheres, de chance de empregar-se ou uma compensação salarial maior pelos custos de procurar emprego, em épocas de pujança da economia.

Além disso, o efeito trabalhador adicional se mostra de 3,85 pontos percentuais. Ou seja, esposas do grupo de tratamento tem probabilidade 3,85 pontos percentuais maior de entrarem no mercado de trabalho quando comparadas com esposas do grupo de controle. De fato, as mulheres cujos maridos saíram do emprego tendem a compensar essa renda perdida possuindo maior probabilidade de entrada no mercado de trabalho, de modo geral, do que as mulheres cujos maridos permaneceram no emprego.

Na regressão 2, são acrescentadas diversas variáveis relacionadas às características tanto da esposa quanto do chefe de família, como idade da mulher, anos de estudo da mulher, alfabetização do marido, contribuição do marido para a previdência no último emprego, formalidade do último emprego do marido (se possuía carteira assinada) e autonomia do último emprego do marido (se ele era/é empregado ou dono do próprio negócio). Das 6 variáveis, duas delas (autonomia do emprego e alfabetização do marido) não tem efeito significativo sobre a variável dependente. Se a mulher possui mais chance de entrar no mercado de trabalho quando acredita que o marido tem menor oportunidade de arranjar novo emprego com remuneração semelhante (ou seja, quando a queda na renda familiar durará por mais tempo), o fato do marido ser empregado ou autônomo realmente não deveria fazer tanta diferença. Já quanto à alfabetização do marido, a pouca significatividade surpreende, pois esperaríamos que, quando o seu marido é analfabeto, a esposa acreditaria que seria mais difícil dele empregar-se novamente, o que aumentaria a probabilidade da sua entrada no mercado de trabalho.

As quatro variáveis restantes apresentam um impacto pequeno (se comparado com o efeito desalento e o efeito trabalhador adicional) sobre a probabilidade de entrada da esposa no mercado de trabalho. Essa probabilidade cresce em 0,63 ponto percentual para cada ano de estudo a mais da esposa, e em 0,16 ponto percentual se o marido contribuía para a previdência no seu último emprego. Porém, essa expectativa diminui em 0,39 ponto percentual para cada ano a mais de idade da esposa e em 0,10 ponto percentual se o marido trabalha/trabalhava com carteira assinada. O efeito desalento para mulheres pertencentes ao grupo de tratamento continua sem ser significativo (como permanecerá nas regressões 3 e 4, explicadas detalhadamente nos parágrafos mais abaixo).

Cada um desses efeitos encontra explicação lógica. Como as mulheres da amostra não estavam no mercado de trabalho, esperaríamos que, se a sua renda permanecer relativamente constante mesmo após a demissão do marido, elas continuem fora da força de trabalho. Assim, quando o marido contribui para a previdência e possui carteira de trabalho assinada (e dessa forma pode receber seguro-desemprego), a probabilidade da mulher procurar emprego ou trabalhar declina.

Outro motivo para as esposas entrarem no mercado de trabalho é a chance percebida por elas de se empregarem. Quanto maior a sua crença de arranjar um emprego, mais motivadas elas estarão para enfrentarem os custos da procura por um ofício. Assim, faz sentido que mulheres mais qualificadas, com mais anos de estudos, assumam probabilidade maior de entrada no mercado de trabalho. Ademais, como a remuneração de trabalhos qualificados é mais elevada, o custo de oportunidade de não trabalhar é maior para mulheres mais educadas. Enquanto isso, as mulheres mais velhas, por acreditarem que será mais difícil para elas a busca por emprego, especialmente quando permaneceram fora da força de trabalho por período de tempo prolongado, possuem probabilidade menor de entrar no mercado de emprego.

As duas variáveis principais significativas já estimadas na regressão 1 apresentam impacto parecido, porém maior. Aqui, o efeito trabalhador adicional aumenta para 4,12 pontos percentuais, e o efeito desalento para as mulheres do grupo de controle aumenta para 5,22 pontos percentuais.

A regressão 3 introduz a variável número de filhos menores de 10 anos no domicílio. Como esperado, seu efeito é significativo e negativo na probabilidade das

mulheres entrarem no mercado de trabalho. Para cada criança na casa, essa probabilidade diminui em 1,56 ponto percentual. É lógico que, quanto mais filhos a esposa possui, mais custoso será para ela trabalhar, tanto materialmente quanto emocionalmente. Esse modelo apresenta o maior efeito trabalhador adicional dentre as análises estatísticas desse estudo, de 4,15 pontos percentuais. Para as outras variáveis já presentes nas regressões 1 e 2, os resultados obtidos na regressão 3 são bastante similares.

Já na regressão 4, às outras variáveis é acrescentada a remuneração do emprego do marido. Mais uma vez, o resultado é bastante previsível, já que cada aumento de 1% no rendimento do chefe de família tem efeito negativo de 1% sobre a probabilidade da esposa entrar no mercado de trabalho. A nova variável é bastante significativa.

Tabela 7

	Regressão 1	Regressão 2	Regressão 3	Regressão 4
Dummy para mulheres no grupo de tratamento	0,0385*** (0,0023)	0,0412*** (0,0023)	0,0415*** (0,0023)	0,0371*** (0,0023)
ln (rendimento médio) x Dummy para esposas no grupo de tratamento	0,0171 (0,0308)	0,0497 (0,0306)	0,0409 (0,0306)	0,0466 (0,0306)
ln (rendimento médio) x Dummy para esposas no grupo de controle	0,0212*** (0,0063)	0,0522*** (0,0063)	0,0452*** (0,0063)	0,0491*** (0,0063)
Idade		-0,0039*** (0,0000)	-0,0045*** (0,0001)	-0,0044*** (0,0001)
Anos de Estudo		0,0063*** (0,0004)	0,0053*** (0,0004)	0,0072*** (0,0004)
Dummy Alfabetização do Marido		0,0016 (0,0015)	0,0018 (0,0015)	-0,0018 (0,0015)
Dummy Contribuição do Marido para a Previdência		0,0027*** (0,0007)	0,0028*** (0,0007)	0,0018** (0,0007)
Dummy Trabalho do Marido com Carteira Assinada		-0,0010* (0,0005)	-0,0010* (0,0005)	-0,0009 (0,0005)
Dummy Marido trabalha como Empregado		0,0013 (0,0007)	0,0013 (0,0007)	0,0021** (0,0007)
Número de Filhos Menores de 10 anos			-0,0156*** (0,0006)	-0,0159*** (0,0006)
ln (Remuneração do Marido)				-0,0100*** (0,0005)
Constante	0,1241***	0,2609*** (0,0031)	0,3039*** (0,0035)	0,3623*** (0,0047)
Observações	565290	565290	565290	565290
R-Quadrado	0,0005	0,0157	0,0169	0,0174

Na tabela 7.2, vemos o resultado da regressão 4b, com as mesmas variáveis da regressão 4, porém aplicadas somente ao grupo de tratamento e somente ao grupo de controle. Dessa maneira, verificamos os distintos efeitos que cada característica exerce sobre a mulher, dependendo se seu marido saiu do emprego ou não. Há algumas diferenças interessantes com relação aos coeficientes obtidos anteriormente.

Primeiramente, o efeito desalento aqui se torna um pouco significativo até mesmo para mulheres no grupo de tratamento. Ou seja, esta parte da amostra é levemente influenciada pela situação econômica do país. Ainda assim, o desaquecimento da economia causa menos impacto nas esposas cujos maridos perderam o emprego do que nas que possuem maridos ainda empregados.

Além disso, percebemos que o aumento da idade desestimula mais as mulheres do grupo de tratamento do que as do grupo de controle a entrar no mercado de trabalho, ao contrário do que se poderia esperar. Para cada ano a mais vivido, as esposas do grupo de tratamento têm probabilidade 0,56 ponto percentual menor de procurar emprego ou se empregarem, enquanto para as esposas do grupo de controle esse efeito é negativo em 0,44 ponto percentual.

Encontramos situação similar com relação ao número de filhos menor de 10 anos. Para cada filho pequeno residente no domicílio, a probabilidade da mulher do grupo de tratamento entrar para o mercado de trabalho diminui em 1,86 ponto percentual, enquanto esse efeito é de 1,56 ponto percentual para as mulheres do grupo de controle. O mesmo ocorre, porém com efeito positivo, no caso dos anos de estudo. Cada ano de estudo a mais dos indivíduos no grupo de tratamento aumenta a probabilidade de entrar para a PEA quase três vezes mais do que no caso dos indivíduos do grupo de controle (1,14 ponto percentual x 0,39 ponto percentual).

Assim como na regressão 4, a alfabetização do marido e o uso de carteira assinada no último emprego não impactam a variável independente. Também acontece o mesmo com a dummy de contribuição do marido para a previdência e se ele era empregado ou dono de negócio.

Por fim, vale notar que a remuneração do marido antes de sair do emprego, quando eles saíram do emprego, é irrelevante para a entrada das suas esposas no mercado de trabalho. Isto é, a decisão das mulheres de começar a trabalhar ou procurar

emprego não é influenciada pelo antigo salário do chefe de família. Para mulheres do grupo de controle, o impacto da remuneração do marido é similar ao encontrado anteriormente na regressão 4.

Tabela 7.2

Regressão 4b			
Dummy para mulheres no grupo de tratamento	0,0356* -(0,0462)	Observações	276196
		R-Quadrado	0,0171
ln (rendimento médio) x Dummy para esposas no grupo de tratamento	0,0123* -(0,0532)		
ln (rendimento médio) x Dummy para esposas no grupo de controle	0,0691*** -(0,0085)		
Idade para esposas no grupo de controle	-0,0044*** -(0,0001)		
Idade para esposas no grupo de tratamento	-0,0056*** -(0,0005)		
Anos de Estudo para esposas no grupo de controle	0,0039*** -(0,0006)		
Anos de Estudo para esposas no grupo de tratamento	0,0114** -(0,0038)		
Dummy Alfabetização do Marido para esposas no grupo de controle	-0,0022 -(0,0048)		
Dummy Alfabetização do Marido para esposas no grupo de tratamento	0,0154 -(0,0213)		
Dummy Contribuição do Marido para a Previdência para esposas no grupo de controle	0,0018 -(0,0010)		
Dummy Contribuição do Marido para a Previdência para esposas no grupo de tratamento	0,0054 -(0,0061)		
Dummy Trabalho do Marido com Carteira Assinada para esposas no grupo de controle	-0,0005 -(0,0007)		
Dummy Trabalho do Marido com Carteira Assinada para esposas no grupo de tratamento	-0,0027 -(0,0045)		
Dummy Marido trabalha como Empregado para esposas no grupo de controle	0,0046 -(0,0099)		
Dummy Marido trabalha como Empregado para esposas no grupo de tratamento	0,0054 -(0,0063)		
Número de Filhos Menores de 10 anos para esposas no grupo de controle	-0,0156*** -(0,0009)		
Número de Filhos Menores de 10 anos para esposas no grupo de tratamento	-0,0186** -(0,0061)		
ln (Remuneração do Marido) para esposas no grupo de controle	-0,0109*** -(0,0010)		
ln (Remuneração do Marido) para esposas no grupo de tratamento	0,0011 -(0,0082)		
Constante	0,3775*** -(0,0085)		

7.2. Resultados divididos por renda

Após a análise da amostra total, veremos agora nas tabelas 8 e 9 a regressão decomposta em duas categorias de renda: abaixo ou acima da mediana do salário do chefe de família. Sobre o efeito trabalhador adicional, o impacto é consideravelmente maior para as mulheres cujos maridos ganhavam abaixo do salário mediano, em aproximadamente 0,5 ponto percentual. Pode-se explicar essa chance maior da esposa entrar no mercado de trabalho quando o homem perde seu emprego pela maior descrença de que este será contratado em breve, e pela menor poupança que a família acumulou para se sustentar quando os ganhos são limitados.

Um dado interessante da regressão feita com as observações cujo rendimento fica ou ficava acima da mediana é que, ao contrário do que ocorre na amostra total e na outra parcela da amostra, aqui o efeito desalento é significativo até mesmo para esposas do grupo de tratamento. Isto é, os ciclos econômicos mais fracos levam, para os membros da faixa de renda mais rica, as esposas a entrarem em menor escala no mercado de trabalho até mesmo se seus maridos perdem o emprego. Essas mulheres percebem que, se entrassem no mercado de trabalho, provavelmente receberiam menos do que seu salário reserva, já que as remunerações foram achatadas durante o período de desaquecimento da economia, e preferem permanecer na população não economicamente ativa. Na regressão mais completa, o efeito desalento encontrado para esposas do grupo de controle é de 13,50 pontos percentuais.

Assim como ocorre na amostra total, o efeito desalento no grupo de controle é significativo, e considerável, em ambos os grupos observados. Porém, esse impacto do ciclo econômico na taxa de participação feminina é praticamente o dobro na camada de renda mais alta. Enquanto cada 1% de desvio na diferença entre rendimento do período e rendimento médio total diminui em até 7,41 pontos percentuais a chance da mulher de classe mais alta entrar para a população economicamente ativa, esse mesmo desvio enfraquece a probabilidade da entrada da mulher de classe mais baixa na PEA somente em até 3,20 pontos percentuais. Mais uma vez, isso é consequência da falta de perspectivas de sustento da mulher mais pobre quando o marido perde o emprego já que, mesmo em épocas em que é difícil conseguir um trabalho, ela deve pelo menos procurar um emprego para manter sua família.

O efeito da idade da esposa, do número de filhos e da carteira assinada do marido sobre a probabilidade de entrada da mulher no mercado de trabalho permanece similar ao da amostra total tanto para a parcela feminina mais rica quanto para a mais pobre. Por outro lado, os anos de estudo impactam essa probabilidade em escala bem maior nas observações com rendimento familiar abaixo da mediana. Nesse grupo, cada ano de escolaridade aumenta a variável independente em 1,1 ponto percentual, quase o dobro do ocorrido na amostra total, e três vezes mais do que no outro grupo.

Já a dummy para o caráter do trabalho do chefe de família (se ele era/é empregado ou dono do negócio) se mostra significativa somente no grupo com remuneração maior, com efeito positivo de 0,35 ponto percentual na probabilidade da esposa entrar para a PEA. Por fim, a remuneração do cônjuge exerce maior influência sobre a inclusão da mulher no mercado de trabalho se essa remuneração se encontra ou se encontrava acima da mediana. Nessa parcela da amostra, cada aumento de 1% no salário do marido faz com que a probabilidade da mulher se empregar ou procurar emprego cresça em 1,07 ponto percentual, impacto 50% maior do que na parcela com rendimento familiar abaixo da mediana.

Tabela 8 - Rendimento abaixo da Mediana

	Regressão 5	Regressão 6	Regressão 7	Regressão 8
Dummy para mulheres no grupo de tratamento	0,0365*** (0,0028)	0,0402*** (0,0028)	0,0405*** (0,0028)	0,0390*** (0,0028)
ln (rendimento médio) x Dummy para esposas no grupo de tratamento	-0,0209 (0,0385)	0,006 (0,0383)	-0,0027 (0,0383)	0,0003 (0,0383)
ln (rendimento médio) x Dummy para esposas no grupo de controle	-0,0032 (0,0093)	0,0320*** (0,0094)	0,0234* (0,0094)	0,0256** (0,0095)
Idade		-0,0037*** (0,0001)	-0,0044*** (0,0001)	-0,0044*** (0,0001)
Anos de Estudo		0,0110*** (0,0006)	0,0098*** (0,0006)	0,0100*** (0,0006)
Dummy Alfabetização do Marido		0,0003 (0,0017)	0,0004 (0,0017)	-0,0007 (0,0017)
Dummy Contribuição do Marido para a Previdência		0,0016 (0,0010)	0,0018 (0,0010)	0,0016 (0,0010)
Dummy Trabalho do Marido com Carteira Assinada		-0,0004 (0,0007)	-0,0003 (0,0007)	-0,0008 (0,0007)
Dummy Marido trabalha como Empregado		-0,0003 (0,0012)	-0,0002 (0,0012)	-0,0012 (0,0012)
Número de Filhos Menores de 10 anos			-0,0159*** (0,0008)	-0,0160*** (0,0008)
ln (Remuneração do Marido)				-0,0072*** (0,0014)
Constante	0,1311*** (0,0007)	0,2457*** (0,0045)	0,2913*** (0,0051)	0,3375*** (0,0103)
Observações	282645	282645	282645	282645
R-Quadrado	0,0006	0,0156	0,0170	0,0171

Tabela 9 - Rendimento acima da Mediana

	Regressão 9	Regressão 10	Regressão 11	Regressão 12
Dummy para mulheres no grupo de tratamento	0,0318*** (0,0041)	0,0355*** (0,0041)	0,0355*** (0,0041)	0,0340*** (0,0041)
ln (rendimento médio) x Dummy para esposas no grupo de tratamento	0,1292* (0,0530)	0,1419** (0,0526)	0,1345* (0,0526)	0,1350* (0,0526)
ln (rendimento médio) x Dummy para esposas no grupo de controle	0,0574*** (0,0085)	0,0741*** (0,0085)	0,0690*** (0,0085)	0,0688*** (0,0085)
Idade		-0,0039*** (0,0001)	-0,0045*** (0,0001)	-0,0045*** (0,0001)
Anos de Estudo		0,0035*** (0,0006)	0,0026*** (0,0006)	0,0041*** (0,0006)
Dummy Alfabetização do Marido		0,0002 (0,0047)	0,0001 (0,0047)	-0,0014 (0,0047)
Dummy Contribuição do Marido para a Previdência		0,0023** (0,0008)	0,0024** (0,0008)	0,0018* (0,0008)
Dummy Trabalho do Marido com Carteira Assinada		-0,0011 (0,0007)	-0,0011 (0,0007)	-0,0005 (0,0007)
Dummy Marido trabalha como Empregado		0,0034*** (0,0009)	0,0035*** (0,0009)	0,0046*** (0,0009)
Número de Filhos Menores de 10 anos			-0,0156*** (0,0009)	-0,0157*** (0,0009)
ln (Remuneração do Marido)				-0,0107*** (0,0010)
Constante	0,1167*** (0,0006)	0,2656*** (0,0043)	0,3059*** (0,0049)	0,3766*** (0,0084)
Observações	282645	282645	282645	282645
R-Quadrado	0,0004	0,0156	0,0167	0,0170

8. Conclusão

Esta monografia busca explicar movimentos da taxa de participação feminina no mercado de trabalho, enfatizando o efeito trabalhador adicional e o efeito desalento. O primeiro se traduz na influência que a perda de emprego do chefe de família traz sobre a probabilidade de a sua esposa passar a buscar emprego ou trabalhar. A magnitude desse impacto é estudada por meio da comparação dessa probabilidade entre mulheres cujos maridos perderam o emprego nos meses subsequentes à primeira entrevista, e mulheres cujos maridos permaneceram empregados nesse período de tempo. Já o efeito desalento é o desestímulo à entrada feminina na PEA causado pelo desaquecimento da atividade econômica, medido pela diferença entre o rendimento médio no mês de cada observação e o rendimento médio da amostra total.

Utilizei a Pesquisa Mensal do Emprego, a mais antiga pesquisa ainda em curso sobre o mercado de trabalho brasileiro, para obter as observações necessárias para a regressão. Além de perguntar sobre a situação trabalhista do entrevistado (se está empregado, desempregado ou fora da força de trabalho), estes também são indagados sobre características sócio-econômicas. A maneira como o questionário é realizado é essencial para a monografia, uma vez que cada domicílio é acompanhado durante quatro meses consecutivos. Mesmo que a pesquisa não identifique cada morador, o método aqui usado, dos autores Ribas e Soares, permite uma identificação bastante satisfatória das pessoas que vivem naquele âmbito familiar. Dessa forma, pude seguir os passos desses indivíduos com relação ao emprego nos meses de entrevista. Ao fim, executei uma regressão na qual a variável dependente era a probabilidade de uma mulher da população não economicamente ativa começar a trabalhar ou procurar trabalho, e as variáveis dependentes eram o efeito trabalhador adicional, o efeito desalento e diversas outras características encontradas na PME.

Para obter o efeito trabalhador adicional, primeiramente selecionei todas as esposas cujos maridos estavam empregados no primeiro mês da entrevista. Posteriormente, dividi essas mulheres em dois grupos: o grupo de tratamento, com as mulheres cujos maridos estavam desempregados na segunda, terceira ou quarta entrevista da PME, e o grupo de controle, com as mulheres cujos maridos estavam empregados no mês da entrevista de número 2, 3 ou 4. O efeito trabalhador adicional foi medido por uma dummy na regressão principal que assume o valor 1 se a mulher

pertence ao grupo de tratamento, e 0 se a mulher pertence ao grupo de controle. Já o efeito desalento foi obtido pela diferença entre o rendimento médio no mês da entrevista e o rendimento médio em todo o período pesquisado. Para checar qual a influencia do efeito desalento em cada um dos grupos de mulheres, multiplica-se essa variável por uma dummy grupo de controle formando uma nova variável, e depois por uma dummy grupo de tratamento, formando outra variável.

Na regressão para a amostra total e controlada para as variáveis relacionadas com características da esposa, do marido e do trabalho do marido, o efeito desalento possui impacto negativo de 4,91 pontos percentuais para as mulheres do grupo de controle. Nas esposas pertencentes ao grupo de tratamento, não há efeito desalento significativo. Isto é, somente as esposas cujos maridos ainda estão empregados se desinteressam em entrar para o mercado de trabalho em períodos de desaquecimento da economia.

Já o efeito trabalhador adicional assume uma magnitude de 3,71 pontos percentuais sobre a probabilidade de a mulher entrar no mercado de trabalho. Isso significa que as mulheres do grupo de tratamento têm chance 3,71 pontos percentuais maior de se incluírem na PEA do que as mulheres do grupo de controle. Como queríamos demonstrar, se o marido perde o emprego, a sua esposa tem mais chance de entrar para o mercado de trabalho.

9) Referências Bibliográficas

- [1] BRASIL (Governo Federal). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego**. *Série de Relatórios Metodológicos*, v. 23, Rio de Janeiro, 2002.
- [2] BALAKRISHNAN, R., et al. **Recent US Labor Force Dynamics: Reversible or not?**. No. 15/76. International Monetary Fund, 2015.
- [3] MICHAEL, R. T. (1985). **“Consequences of the rise in female labor force participation rates: Questions and probes”**. Journal of Labor Economics, 3(1), 117-46.
- [4] KUS, M. **The Role of Religion in Determining Female Labor Force Participation Rates**. 2011. 69 f. Tese (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Sodertorn University, Estocolmo, Suécia. 2011.
- [5] PSACHAROPOULOS, George; TZANNATOS, Zafiris. Female labor force participation: An international perspective. **The World Bank Research Observer**, v. 4, n. 2, p. 187-201, 1989.
- [6] LONG, C. D. (1953). **“Impact of effective demand on the labor supply”**. The American Economic Review, 43(2), 458-467.
- [7] BUNN, P., & BENITO, A. (2011). **“Understanding labour force participation in the united kingdom”**. Bank of England Quarterly Bulletin, 51(1), 36-42.
- [8] LUNDBERG, S. (1985). **“The added worker effect”**. Journal of Labor Economics, 3(1,1), 11-37.
- [9] BENITO, A; BUNN, Philip. Understanding labour force participation in the United Kingdom. **Bank of England Quarterly Bulletin**, Q1, 2011. 36-42
- [10] BENATI, L. **Some empirical evidence on the ‘discouraged worker’ effect**. Economics Letters, v. 70, n. 3, p. 387-395, 2001.
- [11] ADDABBO, T; RODRÍGUEZ-MODROÑO, Paula; GÁLVEZ-MUÑOZ, Lina. **How women’s labour supply adapts to the crisis: The case of Spain**. Centro di Analisi delle Politiche Pubbliche, 2013.
- [12] AYHAN, S. H. **Evidence of Added Worker Effect from the 2008 Economic Crisis**. Institute for the Study of Labor, 2015.
- [13] PIETRO-RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUEZ-GUTIÉRREZ, C. **Participation of married women in the European labor markets and the added worker effect**. Journal of Socio-Economics, v. 32, n. 4, p. 429-446, 2003.

- [14] FERNANDES, R.; DE FELICIO, F.. **The entry of the wife into the labor force in response to the husband's unemployment: a study of the added worker effect in Brazilian metropolitan areas**. Economic Development and cultural change, v. 53, n. 4, p. 887-911, 2005.
- [15] GONZAGA, G., & REIS, M. C. (2011). **“Oferta de trabalho e ciclo econômico: Os efeitos trabalhador adicional e desalento no brasil.”** Revista Brasileira De Economia, 65(2), 127-148.
- [16] DE OLIVEIRA, E.; RIOS-NETO, Eduardo Gonçalves; DE OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo. **O efeito trabalhador adicional para filhos no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 31, n. 1, p. 29-49, 2014.
- [17] SEDLACEK, G.; SANTOS, E.. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1991.
- [18] SCHMITT, C.; RIBEIRO, E.. **Participação feminina no mercado de trabalho e o “efeito trabalhador adicional” em Porto Alegre** .Ensaio FEE, v. 25, n. 1, p. 145-170, 2004.
- [19] RIBAS, R. P., & SOARES, S. S. D. (2008). **“Sobre o painel da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE”**.
- [20] **Base de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Tabelas 2173 e 2042. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pme/default.asp>>. Acesso em: 12/2/2015.
- [21] BLANCHARD, O.; **“Macroeconomics”**, 5ª ed., 2011/ Macroeconomia, Editora Pearson Brasil, 5a edição, 2011.
- [22] CAMERON, L.; DOWLING, J.; WORSWICK, . **“Education and Labor Market Participation of Women in Asia: Evidence from Five Countries”**. Economic Development and Cultural Change, v. 49, n. 3, p. 459-477, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A: Gráfico 1

Taxa de Desemprego dos Estados Unidos



Apêndice B: Gráfico 2

Taxa de Desemprego do Japão

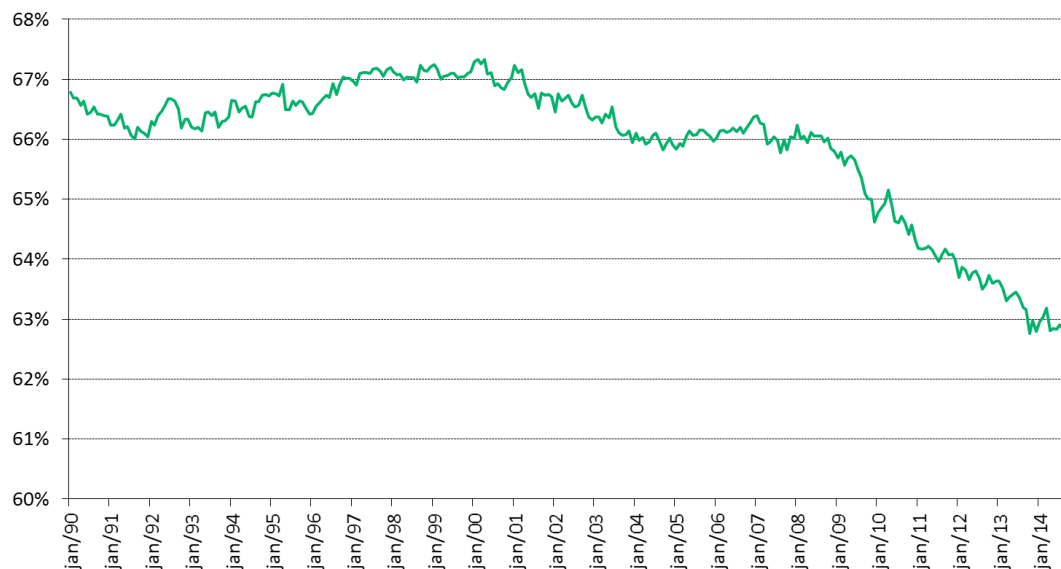


SOURCE: WWW.TRADINGECONOMICS.COM | MINISTRY OF INTERNAL AFFAIRS & COMMUNICATIONS

Apêndice C: Gráfico 3

Taxa de Participação na força de trabalho dos Estados Unidos

%



Apêndice D: Gráfico 4

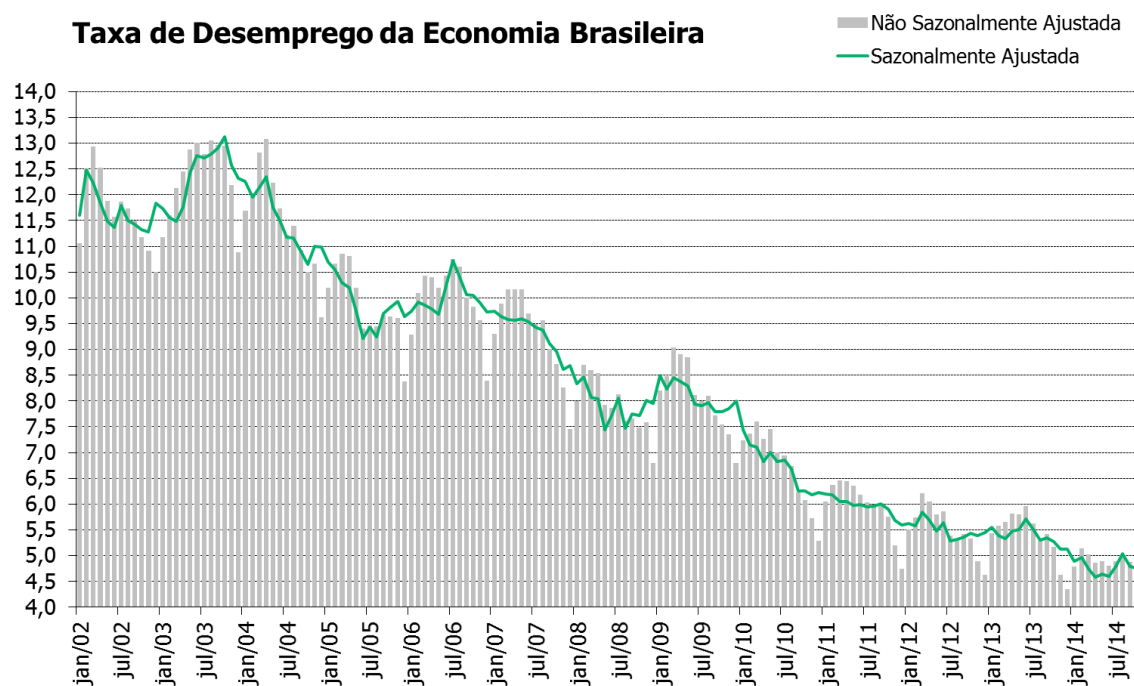
Taxa de Participação na força de trabalho do Japão

%

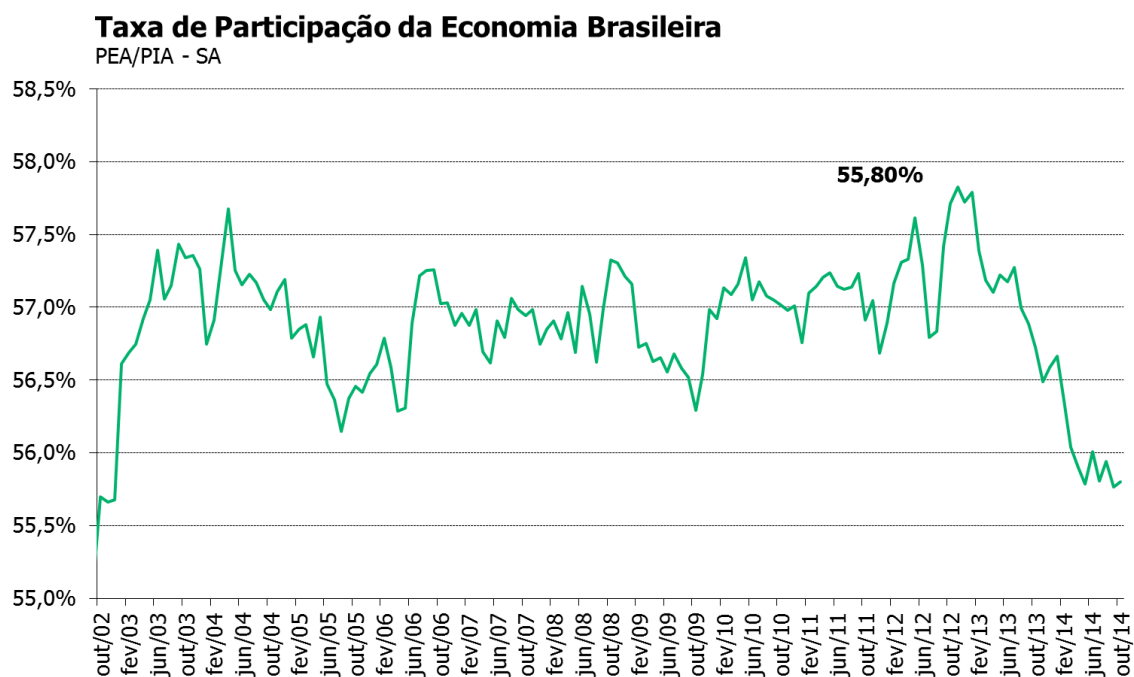


SOURCE: WWW.TRADINGECONOMICS.COM | MINISTRY OF INTERNAL AFFAIRS & COMMUNICATIONS

Apêndice E: Gráfico 5



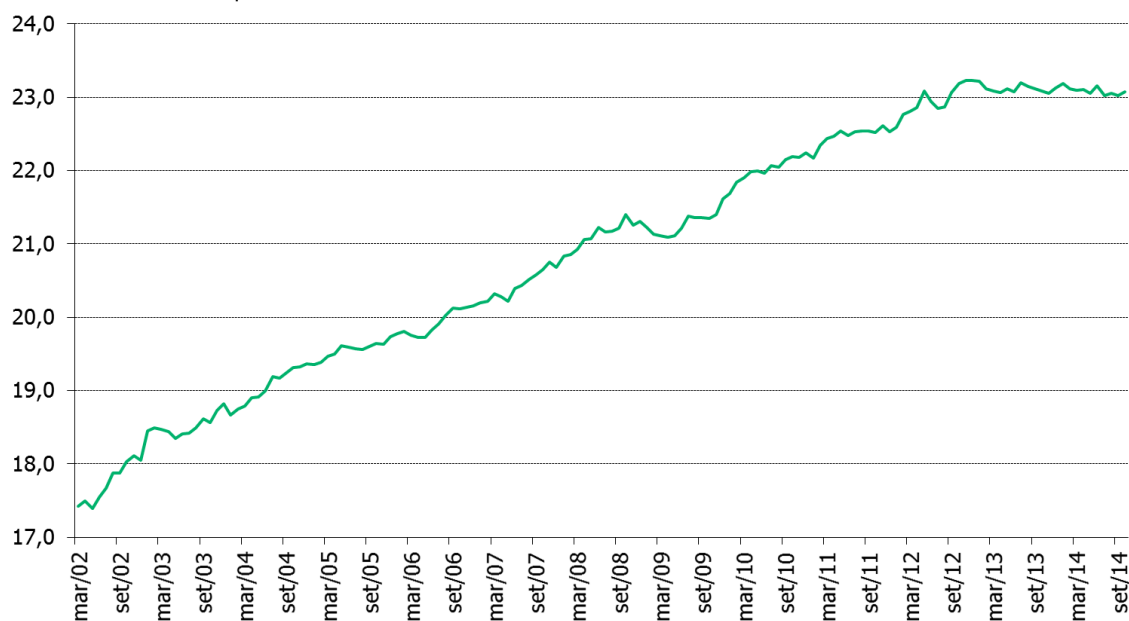
Apêndice F: Gráfico 6



Apêndice G: Gráfico 7

População Ocupada no Brasil

SA - Milhões de pessoas



Apêndice H: Gráfico 8

População em Idade Ativa no Brasil

SA - Milhões de pessoas

